A URGÊNCIA DA APRENDIZAGEM DO IDIOMA PORTUGUÊS PARA OS IMIGRANTES JAPONESES NO BRASIL DOS ANOS 1940

DAIJÓ, Harry Takahide, 2074624

RESUMO

Este artigo pretende apresentar uma análise histórica sobre a conduta dos imigrantes japoneses, que experimentaram níveis diferentes de percepção e atribuição de relevância para o ensino e a aprendizagem ora do idioma japonês, ora do português. O artigo mantém o foco na mudança de comportamento desses imigrantes ao longo dos anos, desde 1908 até final dos anos 1940, destacando o alto interesse que tinham na transmissão do idioma japonês para seus sucessores (num primeiro momento) e, por vezes, o estímulo à aprendizagem do idioma português – especialmente na década de 1940. Apoiado em pesquisa bibliográfica, o texto expõe alguns momentos de oscilação das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão e questiona a possível influência dessa inconstância na transmissão do idioma entre as gerações. A pesquisa documental, por sua vez, ajudou a ilustrar este artigo, trazendo luz a um material inédito de iniciativa de um imigrante japonês, Takahide Daijó, que desenvolveu e publicou, em meados da turbulenta década de 1930, o material intitulado “Método Prático da Língua Japonesa”.

Palavras-chave: Imigração japonesa. Idioma. História. Memória.

1. INTRODUÇÃO

Coube ao Comandante Matthew Calbraith Perry, em 1853, após posicionar estrategicamente uma pequena frota de quatro navios de bandeira estadunidense, alertar as lideranças japonesas que o tempo de isolacionismo iria, forçosamente, ficar para trás[1]. O aviso, em tom de ameaça, surtiu efeito e, poucos meses depois, em 31 de março de 1854, os dois governos assinaram o Tratado de Kanagawa.

[1] Perry tinha ordens oficiais para pedir três coisas: tratamento mais humano para os náufragos, a abertura dos portos para aprovisionamento e fornecimento e combustível e uma idêntica abertura do comércio. (HENSHALL, 2017, p. 96)

Os portos japoneses estavam, dali em diante, abertos não só aos interesses estadunidenses, mas aos do mundo. Não era pouca coisa. Os japoneses haviam ficado isolados por dois séculos.

Essa abertura teve um custo. A população ficou dividida. Uma parte acreditava que esse movimento traria mais dinamismo e modernidade ao país; outra, mais conservadora, defendia a não abertura e a consequente manutenção do status quo. O contraditório levou o Japão a uma guerra civil e à ascensão do jovem príncipe Mutsuhito ao trono. Essa mudança no comando do país marcou o fim do modelo feudal japonês e do longo período Edo (1603-1868). Iniciava-se o período Meiji.

Em poucas décadas, a chamada Restauração Meiji elevou o Japão de uma condição modesta ao protagonismo global. Segundo Henshall (2017, p. 145),

> [...] em apenas meio século, o Japão deixou de ser praticamente ignorado pelo Ocidente como um país obscuro e bastante atrasado, passando a ser reconhecido como uma importante potência mundial. Esse feito é considerado, na história mundial, a realização mais notável, num período tão curto, por parte de qualquer nação.

Esse sucesso, contudo, não chegou sem esforço. A inflação e desequilíbrio tanto nas contas públicas, quanto na oferta e demanda, geraram muita insegurança, imprevisibilidade e, em termos práticos, levaram muitos cidadãos à pobreza.

Foi nesse momento da história, em que a carestia era uma constante e ganhava contornos dramáticos, que muitos japoneses começaram a considerar seriamente a possibilidade de buscar, fora do Japão, melhores oportunidades.

O Brasil era um dos países que ofereciam essa chance e, assim, conforme Arai (2008, p. 13), “Finalmente, as cortinas do palco se abrem, revelando uma inédita e emocionante aventura nos trópicos. E os pioneiros que seguiriam tal destino mal suspeitavam de que mudariam não só suas vidas, mas a história de dois países”.

Em 18 de junho de 1908, após 51 dias de viagem, um navio vindo de Kobe, no Japão, aportou em Santos. A bordo da embarcação Kasato Maru,

estavam os primeiros 781 imigrantes. Outros navios, trazendo mais japoneses, vieram depois.

Nas embarcações, com exceção dos membros do corpo diplomático, nenhum dos viajantes falava português. Carregando consigo um idioma completamente diferente, a comunicação entre os dois povos, desde logo, provou-se um ponto crítico. Um choque sociocultural se aproximava. Era inevitável.

Como os recém-chegados lidariam com isso? Teriam flexibilidade e estariam abertos a aceitar não só uma aproximação, mas, uma integração? Ou, de outro modo, seriam inflexíveis e se manteriam distantes do povo anfitrião?

Ser tradicionalista, mantendo os usos e costumes, história e valores do país de origem era a primeira alternativa desses imigrantes.

> “E o imigrante nipônico procedia de um país que estivera isolado por dois séculos do resto do mundo. Havia nascido e vivido dentro de um ambiente social e cultural exclusivamente nipônico. Era natural, portanto, que a diferença marcante de aspectos somáticos, somada ao fosso cultural quase intransponível, a começar pelo idioma, produzisse um choque profundo e complexo”. (TAJIRI; YAMASHIRO, 1992, p. 34)

Essa conduta poderia ser explicada, preliminarmente, de duas maneiras. Além da obviedade de não ser fácil um japonês aprender português e vice-versa, havia uma razão preponderante entre os imigrantes, a qual inibia tal iniciativa: a perspectiva de voltarem, o quanto antes, para o Japão. Birello (2008) destaca que o desejo de retorno ao Japão, após conseguirem melhoria na condição de vida, fazia com que as mulheres educassem seus filhos em japonês, e não na língua local.

Por que, então, teria acontecido uma mudança de postura? O governo brasileiro teve alguma influência nessa transição (do isolacionismo para a abertura e integração)? Em caso afirmativo, como suas políticas influenciaram (ou não) a aprendizagem do idioma português pelos imigrantes japoneses na década de 1940?

Compreender as motivações dos imigrantes japoneses, que ora priorizavam o seu idioma de origem (japonês) e ora a aprendizagem do idioma local (português) é, portanto, o principal objetivo deste artigo – que se atém à

análise histórica e não linguística. O artigo é suportado pela pesquisa bibliográfica, apoiando-se em autores que, sob diversos pontos de vista, grafaram a longa caminhada do imigrante japonês e ganha reforço na pesquisa documental, neste caso, atendo-se ao “Método Prático da Língua Japonesa”[2], escrito por Takahide Daijó em meados dos anos 1930.

Inúmeras publicações descrevem a imigração japonesa para o Brasil. Temos, portanto, muitos ângulos de percepção e entendimento. Este artigo respeita essa heterogeneidade, transitando da visão quase romântica e nostálgica da imigração até os depoimentos mais duros e inacreditáveis dos japoneses que viveram, pessoalmente, essa experiência tão particular.

O artigo foi dividido em seções e subseções. A seção 2, a qual segue esta introdução, apresenta uma análise das oscilações de amizade, cujo movimento pendular deixou reflexos na transmissão do idioma nativo aos sucessores japoneses. Sua divisão inclui três subseções. A 2.1 – “É melhor aprender japonês” – procura demonstrar a preocupação dos imigrantes japoneses em manter o idioma japonês vivo em seus descendentes. A subseção seguinte, 2.2, intitulada “É melhor aprender português”, confirma o movimento titubeante dos imigrantes; desta vez, demonstrando que parte da comunidade japonesa começava a perceber a importância de se priorizar o português para as futuras gerações. Já na subseção 2.3, aborda-se o argumento institucional, em que o banimento oficioso do idioma japonês em solo brasileiro obrigou a guinada final e assunção do idioma português pelos nipo-descendentes.

A terceira seção deste artigo analisa o documento “Método Prático da Língua Japonesa”, trazendo um material inédito e pertinente à discussão. O documento demonstra a tentativa de seu autor – em um dos momentos mais turbulentos da história brasileira – de aproximar os dois idiomas e as duas comunidades. Por fim, na última seção, as considerações finais.

2. OSCILAÇÕES DE AMIZADE REFLETIDAS NA OPÇÃO DE APRENDIZAGEM DE CADA UM DOS IDIOMAS

---

[2] Texto original: “Methodo pratico da lingua japoneza por Takahide Daijo”.

Em 2021, ano em que comemoramos os 113 anos da imigração japonesa, tanto os imigrantes ainda vivos, quanto seus descendentes, sentem-se muito à vontade no Brasil - não são mais considerados seres exóticos.

No decorrer dos séculos, o multiculturalismo foi se tornando uma realidade no país e os japoneses, assim como imigrantes de outras nacionalidades, fizeram parte desse processo. Apreciando, hoje, esse quadro amistoso construído pelos japoneses e brasileiros, podemos erroneamente imaginar que ele sempre foi assim. Não foi.

Desde os primeiros panfletos promocionais[3], exibidos há mais de um século em solo japonês, até os dias atuais, muita coisa aconteceu. A propaganda sedutora estimulava aqueles japoneses que se tornariam imigrantes. Uma viagem de proporções inéditas, repleta de incertezas e, ainda por cima, a um país muito distante exigia tal apelo. O Brasil era apresentado como um país de amplas possibilidades.

De lá para cá, esse exercício de relacionamento entre tão distintos povos vem sendo lapidado diariamente. Trata-se de uma convivência repleta de inquietudes e turbulências, a qual conduziu os nipo-brasileiros e suas respectivas histórias até aqui.

Ao analisar mais criteriosamente essa jornada, porém, restaram dúvidas: teriam esses eventuais solavancos no relacionamento entre os dois povos – que transitavam ora pela euforia amistosa, ora pela mais completa hostilidade – alguma ligação com o fato de muitos descendentes de japoneses não falarem japonês? Por que boa parte desses descendentes não falam, não leem e não entendem o idioma de seus antepassados? Especialmente levando em consideração que os imigrantes japoneses eram, de modo geral, reservados, conservadores e explicitamente avessos ao aculturamento de seus descendentes, quais motivos os levariam a negligenciar essa transmissão de conhecimento? É possível pontuar quando e como isso aconteceu?

[3] "Os imigrantes tinham se aventurado a viajar até o longínquo Brasil acreditando na propaganda dos agentes de emigração. Estes afirmavam: 'No Brasil existe a árvore que dá ouro que é o cafeeiro. É só colher com as mãos'". (KIYOTAMI; YAMASHIRO, 1992, p. 71).

As tentativas de respostas para esses questionamentos só farão sentido depois de uma breve contextualização que consiga: 1) demonstrar a inconstância entre confiança e desconfiança nessas duas populações e 2) apontar os sinais de que essas oscilações ora fomentaram, ora inibiram a transmissão intergeracional do idioma.

A Lei N.º 97, promovida pelo presidente Floriano Vieira Peixoto e publicada em 5 de outubro de 1892, autorizava o ingresso dos imigrantes-trabalhadores japoneses e chineses. A letra da lei, já em seu artigo 1°, fazia a ressalva: "[...] contanto que não sendo indigentes, mendigos, piratas, nem sujeitos à ação criminal em seus países". O pré-requisito principal era ter "aptidão para trabalho em qualquer indústria".

No ano seguinte, 1893, representantes do governo japonês, buscando conhecer melhor a realidade local, visitaram o Brasil. Naquela ocasião, liderados por Sho Nemoto, então comissário do Ministério das Relações Exteriores do Japão, eles visitaram quatro estados: Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo.

O caminho inverso também foi feito. Como aponta Carneiro (2010) e Bueno (2013), a mando de Floriano Peixoto, em 1894, o diplomata José da Costa Azevedo (Barão de Ladário) encabeçou uma missão para o extremo oriente com o objetivo de fomentar a imigração para o Brasil e conhecer melhor o perfil dos países e dos seus trabalhadores. Ao regressar, o Barão manifestou sua simpatia pelos japoneses.

Missões não oficiais também aconteciam. As companhias privadas japonesas, especializadas nesse tipo de negócio, faziam incursões constantes e buscavam parcerias com seus pares brasileiros. Foi o caso, por exemplo, da Toyo Imin Goshi Kaisha, que em 1897 comprometeu-se com a empresa brasileira Prado & Jordão a fornecer mão de obra masculina, jovem, saudável e com notória vocação agrícola. Esses trabalhadores, amparados em contrato, ficariam no Brasil por prazo determinado, cinco anos.

Depois dessas incursões preliminares, o Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação foi firmado pelo presidente Prudente de Morais e

pelo imperador Mutsuhito[4], em Paris, em 5 de novembro de 1895, quando, então, a imigração japonesa efetivamente começou.

Em 18 de junho de 1908, atracou o primeiro navio trazendo os imigrantes nipônicos, o icônico Kasato Maru e, em 28 de junho de 1910, o segundo, Ryojun Maru. Tão somente duas viagens foram suficientes para que as duas nações percebessem que a realização plena do tratado seria mais complexa do que imaginavam.

Por uma iniciativa do governo japonês, a terceira viagem, em 1911, foi suspensa. Surgia, de maneira abrupta, o primeiro percalço na incipiente relação. Tal episódio é abordado tanto por Yamashiro (1992), quanto por Carneiro (2010).

Segundo afirma Takeushi (2010), alguns motivos para o descontentamento japonês incluíam: as diferenças nos hábitos alimentares (que em muitos casos conduziam os imigrantes à desnutrição), os baixos salários e o autoritarismo e rispidez com que eram tratados pelos capatazes nas fazendas e, ainda, o distanciamento entre a propaganda promovida pelos dois governos e o Brasil real. A autora detalha que

> Ao se depararem com a realidade, diferente da apregoada pela propaganda da Companhia Imperial de Emigração (uma terra farta e privilegiada, onde seria possível enriquecer rapidamente), começaram os conflitos. Os atritos entre os colonos japoneses e os fazendeiros gerados pelas más condições de vida nas fazendas, pelos baixos salários e pelo regime de trabalho mais próximo à semiescravidão fizeram com que as fugas noturnas fossem frequentes [...]. (TAKEUCHI, 2010, p. 40)

Não eram só os imigrantes japoneses que reclamavam da qualidade da hospitalidade brasileira. Anos antes, em 1902, depois de uma série de denúncias, o governo italiano resolveu encerrar as iniciativas de todas as agências e instituições de recrutamento de imigrantes na Itália que tivessem como destino o Brasil.

O Brasil vivia a transição entre a mão de obra escrava e a assalariada – e esses estrangeiros constituíam as primeiras levas de imigrantes.

---

[4] Representados na ocasião por Gabriel de Toledo Piza e Arasuke Sone, respectivamente.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1917), o fluxo de imigrantes portugueses, espanhóis e italianos – especialmente forte entre 1911 e 1913 – regrediu e a imigração japonesa passa a ser novamente valorosa.

Nos anos 1920, com a presença japonesa no Brasil ganhando força, o sentimento anti-nipônico começou a ocupar mais acintosamente os debates nacionais. Restou imortalizada nos anais da Câmara Federal, por exemplo, o projeto de lei do Deputado Federal mineiro Fidélis Reis, apresentado à Câmara Federal em 1923 e cuja redação, entre outras coisas,

> [...] proibia no Brasil a imigração de indivíduos das 'raças de cor preta' e, ainda, citava as colônias japonesas como ameaças à integridade nacional, sendo essas qualificadas por ele como 'corpos estranhos' enquistados no território brasileiro. (TAKEUCHI, 2010, p. 49)

Segundo Yamashiro (1992) esse comportamento, de certa forma, trazia similaridades com o ocorrido nos Estados Unidos alguns anos antes. Um movimento protecionista dos estadunidenses ganhava contornos de política de estado e, por volta de 1919, traduzia-se no slogan "Uma pátria, uma bandeira, um idioma". Também Saito (1996) afirma que "o movimento de rejeição em relação a japoneses e chineses na costa oeste dos Estados Unidos refletiu também no Brasil" (p. 101).

Cronologicamente chegamos nos anos 1930, talvez os mais tumultuados. A Revolução de 1930 gerou grande instabilidade social e política e a Era Vargas valeu-se do autoritarismo, do nacionalismo e da xenofobia, conforme Takeuchi (2010):

> [...] No contexto dessa atmosfera que se tornava hostil aos estrangeiros tidos como indesejáveis, as associações nipônicas tiveram ocasião de comemorar os 25 anos do início da imigração japonesa [...] A nova carta constitucional que homologaria Getúlio Vargas como Chefe de Governo, surgia para os deputados xenófobos como oportunidade para encerrar a história dos nipônicos no Brasil [...]. (p. 50)

Nesse período da história, aliás, em várias partes do mundo, estava sendo armado o palco para a Segunda Guerra Mundial - que teria início em 1939.

Vale sublinhar, nesse sentido, o que acontecia tanto no Brasil quanto no Japão. No Brasil, em 1932, a Revolução Constitucionalista; em 1933, a Ação Integralista Nacional; em 1934, promulga-se uma nova constituição; em 1935, a Intentona Comunista; e, em 1937, o Estado Novo e uma nova constituição. No Japão, em 1932, conflitos fronteiriços com a União Soviética e, em 1937, a guerra Sino-japonesa. Esses episódios elevaram o nacionalismo nos dois países a níveis altíssimos.

Ainda no apagar das luzes dos inquietantes anos 1930 e no alvorecer da década de 1940, o mundo caminhava firmemente para a Segunda Guerra Mundial e então, o que outrora era velado, ganhou ameaçador contorno institucional. O dia 28 de janeiro de 1942 é um marco nesse ambiente de altíssima apreensão, quando o Brasil rompe expressamente suas relações diplomáticas com o Japão, a Alemanha e a Itália. Esses três povos se tornaram, imediata e oficialmente, inimigos do Brasil.

São quatro momentos icônicos de adversidade que confirmam, em diferentes níveis, pontos de tormenta no relacionamento entre os dois países: 1) a suspensão da imigração logo após o atracar do segundo navio; 2) o projeto de lei do Deputado Federal mineiro Fidélis Reis; 3) a Revolução de 30 e seus efeitos colaterais e 4) a Segunda Guerra Mundial atingindo um nível máximo de inquietude nessa convivência.

2.1. É MELHOR APRENDER JAPONÊS

No vaivém de aceitação e rejeição dos japoneses pelos brasileiros e vice-versa, nesse abre-e-fecha de fronteiras, nessa amizade com solavancos de sentimentos, como a transmissão do idioma foi afetada?

Antes de responder a essa pergunta, é importante reiterar que os imigrantes japoneses imaginavam que viriam para o Brasil, ficariam ricos e retornariam o quanto antes para suas respectivas cidades de origem (revestidos de muitas glórias).

De acordo com Takeuchi (2010), os imigrantes japoneses viviam numa constante e indisfarçável pretensão de ficarem ricos. O principal objetivo de todos eles era voltar à terra natal o mais brevemente possível e enriquecidos. Era bastante nítido, pois, que muitos nutriam um sentimento de permanência temporária.

> [...] Era natural que os pais, assim que resolvessem os problemas iniciais como a instalação da família na capital, começassem a se preocupar com a educação dos filhos. Afinal, um dia retornariam ao Japão. E, enquanto esse dia não chegasse, era imprescindível que a nova geração se comportasse como legítimos súditos japoneses. (ARAI, 2008, p. 91)

Sendo assim, por que aprofundar seus laços com o Brasil? Qual seria o propósito de aprender português? Não fazia sentido. Ao contrário! Para esses imigrantes, era mais coerente estimular a educação formal e disciplinada de seus filhos e filhas – muito bem alinhada com os ditames de seu país natal.

Assim sendo, havia uma constante preocupação em transmitir aos sucessores não só os hábitos, usos, costumes, tradições e história, mas também o idioma japonês. Não raramente, à vista disso, uma das primeiras providências das agremiações nipônicas era edificar, ainda que de forma precária, uma escola. Entendem Arai e Hirasaki (2008), que foi essa preocupação que levou as crianças japonesas ao mais alto índice de alfabetização entre os imigrantes: 90%. Os italianos vinham em segundo lugar, com 71,3%. Surge desse contexto, também, ainda segundo o autor, a constatação de que “os europeus constroem uma igreja: os japoneses, uma escola” (p.93) – referindo-se ao início do processo de colonização.

Voltar ao Japão, ainda que enriquecidos, mas com os filhos analfabetos, não estava nos planos de nenhum desses imigrantes.

> Se regressar ao Japão, levando estes filhos que não sabem ler e nem falar o japonês, teria que enfrentar o problema de comunicação entre pais e filhos e destes com parentes e amigos. E acima de tudo, seria uma vergonha para um súdito nipônico. [...] Era natural, portanto, que surgisse a ardente aspiração paterna de ministrar aos filhos, de algum modo, o ensino do idioma nipônico, falado e escrito”. (KIYOTAMI e YAMASHIRO, 1992, p. 123)

Fora a expectativa de ficar rico e voltar o quanto antes, há outro fator, menos explícito, que também contribuiu para esse distanciamento: o senso de superioridade nipônico. Tanno (2008) faz menção a esse comportamento, destacando, inclusive, os diversos tipos de preconceitos existentes entre os próprios japoneses:

> Acho importante lembrar ainda de um elemento essencial quando se discutem questões relacionados ao processo de inserção do japonês e seus descendentes na sociedade brasileira, o qual, em geral, não é levado em conta pelos estudiosos: o preconceito existente entre os japoneses em relação aos brasileiros (ou melhor, aos não japoneses). Os japoneses sempre cultivaram um senso de superioridade em relação aos estrangeiros, não somente militar, característicos do período de expansão do poderio japonês, nas primeiras décadas do século XX, mas também uma superioridade moral e cultural. (p. 74)

Vale salientar que parte desse sentimento de superioridade tinha sido constantemente alimentado com a vitória do Japão na Guerra russo-japonesa (1904 e 1905), com a invasão da Manchúria (1931), com a participação exitosa do país na Primeira Guerra Mundial e todo o seu movimento expansionista na Ásia.

A concepção do senso de superioridade moral também pode ser atribuída, especialmente em se tratando dos primeiros imigrantes, à experiência desconhecida de estabelecer contato com outras culturas. De fato, ao se relacionar com povos tão diferentes, o imigrante vive uma espécie de despertar da compreensão étnica.

2.2. É MELHOR APRENDER PORTUGUÊS

Mais de uma década depois da chegada dos primeiros japoneses e estando as agremiações estruturadas em colônias, as lideranças nipo-brasileiras já agiam no sentido de evitar que dinâmica similar à do movimento anti-nipônico ocorrido nos Estados Unidos se repetisse por aqui.

Alguns registros históricos desse período conseguem ilustrar certa disposição ao ensino bilíngue. Chamamos a atenção para os dois episódios a seguir.

1) Por volta de 1919, um documento da Associação Kyõtaku versando sobre a mais adequada política educacional, segundo olhar dos seus idealizadores, afirmava:

> A partir de agora, ao tratar da política educacional [...] devemos tomar muito cuidado para não repetir aqui o que ocorreu nos Estados Unidos, onde os japoneses foram considerados como um povo arredio a novos ambientes [...] As escolas de língua japonesa devem ocupar espaço de somenos importância. Sendo assim, em relação às diretrizes educacionais, elas devem ser eliminadas e toda a

> atenção deve ser direcionada às escolas brasileiras. (MORIWAKI, 2008, p. 27)

2) Já em 1925, ao apresentar as orientações educacionais, a Escola Primária de Cotia também era taxativa:

> [...] deve-se inicialmente dar uma educação baseada em uma diretriz japonesa e, depois de adquirida essa base, deve-se proporcionar a educação brasileira. [...] Como essa educação ideal é realizada em ambiente brasileiro, é natural que haja uma adaptação gradativa ao Brasil. (MORIWAKI, 2008, p. 29)

Essas duas passagens podem ser consideradas, contudo, gestos isolados. Tratava-se, segundo entendimento do próprio autor, de uma tentativa de evitar a repetição no Brasil daquilo que havia acontecido nos Estados Unidos. Na prática os japoneses mantinham-se propositalmente distantes do país que os recebeu.

O tempo passou e lá se foram a primeira e a segunda décadas desde a chegada do Kasato Maru. Trinta anos depois do icônico arpoar, muitos imigrantes já haviam morrido em solo brasileiro. Nada de riqueza fácil, nem de retorno triunfal. Outros tantos, que também não ficaram ricos, já começavam a se questionar se, realmente, algum dia, conseguiriam voltar para o Japão. A maioria dos imigrantes idealizou um sonho, mas, na prática, uma absoluta minoria conseguiu realizá-lo.

Consequentemente, muitos imigrantes entenderam que era chegada a hora de começar a rever com olhar mais crítico aquela máxima – um tanto simplista e até romântica – que os guiava. Isso fica claro nesse trecho de Arai (2003):

> O sonho do trabalho, do dinheiro fácil e de voltar enriquecido para o Japão das primeiras levas, foi se perdendo na dura colheita das lavouras de café. Foi sendo abandonado nas velhas casas de terra batida, sem banheiros nem mobílias onde moraram. Na quase impossível comunicação pelos idiomas tão diferentes. Nos costumes, opostos em tudo, na comida, em que até o básico arroz era tão diferente. (p. 14)

Muitos imigrantes, certamente, começaram a refletir em novo sentido. No mundo real, apesar do trabalho árduo, a riqueza não chegava e, além disso, ao que tudo indicava, não haveria retorno ao Japão. Era fato. Isto posto, eles

deveriam iniciar efetivamente uma aproximação com esse país que bem ou mal os acolheu e onde, não havendo outro caminho, construiriam seu futuro.

É inegável, porém, que os japoneses àquela altura já estavam em uma situação de maior estabilidade financeira no Brasil e isso também influenciava na decisão de fixar raízes no país e, a partir daí, precisar adotar a educação e o idioma local.

> Em virtude dessa estabilidade, um grande número de imigrantes, até então preocupados em apenas ganhar dinheiro, mudou seu status de trabalhador temporário (decasségui) para o de imigrante permanente e reorganizou seus planos de vida no Brasil, acarretando uma mudança inesperada na educação de seus filhos". (MORIWAKI e NAKATA, 2008, p. 42)

É possível imaginar como os imigrantes japoneses estavam desnorteados nesse período da história. Kiyotmi e Yamashiro (1992) são precisos ao identificar a inquietude do imigrante nesse momento, em que se dá conta de que não voltará mais ao Japão e ainda não se integrou totalmente à comunidade brasileira: "Ele fica perturbado e perplexo, sem saber que caminho escolher para educar os filhos (pois ele se encontrava num estágio de integração à sociedade local)" (p.132).

Porém, não seria só uma mudança de interpretação, de perspectiva, suficientemente capaz de proporcionar uma verdadeira guinada no comportamento do imigrante japonês com relação ao até então negligenciado idioma português.

2.3. O ARGUMENTO INSTITUCIONAL PARA APRENDER PORTUGUÊS

Os anos 1930 no Brasil foram bastante turbulentos não só para muitos imigrantes, mas, também, para os próprios brasileiros. O Estado Novo de Vargas (1937-1945) e uma segunda Grande Guerra forjaram o duro argumento que faltava para a mudança a que nos referimos anteriormente. Lembrando que o Estado Novo é resultado direto de uma revolução (ou seria um golpe?).

> [...] Houve luta e resistência – e os combates se prolongaram por quase um mês. Ainda assim, em termos gerais, a derrubada da chamada República Velha – embora tenha sido o mais complexo e sangrento golpe a se instaurar um novo governo no Brasil – foi uma operação relativamente rápida, razoavelmente fácil e

> tremendamente bem-sucedida para seus articuladores. (BUENO, 2013, p. 342)

O desintegrar da Constituição de 1934 e a ascensão do fascismo e do nazismo na Europa formaram o pano de fundo desses dias que começavam a ficar mais truculentos e policialescos. Havia autoritarismo, perseguição e censura. É possível imaginar quão delicada era a vida de um não-brasileiro naqueles dias.

A polêmica discussão sobre as raças, suas origens e características era constante no ocidente. No Brasil também. Havia uma acalorada contenda sobre a construção do “cidadão brasileiro”. Carneiro (2010) destaca o momento:

> Antropólogos, psiquiatras, militares, juristas, médicos, eugenistas, economistas, jornalistas e escritores dedicaram-se a ‘pensar’ esta questão procurando detectar os responsáveis pelos males que assolavam o país. Apropriando-se dos modelos oferecidos pelos teóricos racialistas europeus e valorizando os métodos sugeridos pela eugenia, antropologia social e antropologia criminal, esta elite intelectual ditou regras para a ‘higienização’ da sociedade. [...] Mascarados por uma retórica nacionalista, classificavam os negros, os judeus, os japoneses e os árabes como raças indesejáveis para compor a população brasileira. (p. 75)

No estado de São Paulo, em meio à confusão, as escolas japonesas, alemãs e italianas não foram poupadas e, em 25 de dezembro de 1938, foram fechadas. No livro “História da Educação da Alta Paulista”, Nippakusha (1941), apresenta os números dessa interdição: 294 japonesas, 20 alemãs e 8 italianas. Esses números, de certa forma, ilustram quão dramático foi o impacto da ação na vida social japonesa. Nesse sentido, Kiyotami e Yamashiro (1992) afirmam que:

> A ordem de fechamento sumário de todas as escolas de idioma nipônico representou um “tiro de misericórdia” (tal a repercussão na comunidade), porquanto as medidas significavam o fim da aspiração de educar os filhos como japoneses. (p. 129)

Compreende-se que o senso de urgência da comunidade nipônica no Brasil foi, desta maneira, alterado por motivos alheios a ela; ou seja, houve uma espécie de estímulo circunstancial vindo, inclusive e institucionalmente, do governo.

A vida de muitos imigrantes ficaria ainda mais difícil com o advento da Segunda Guerra Mundial e uma maior velocidade na adaptação se tornou indispensável.

Em 1942, o Brasil assistiu estarrecido à sucumbência de 36 de seus navios mercantes – bombardeados pela Alemanha. A agressão gerou mais de mil mortes e inseriu o país no grandioso conflito. Como menciona Bueno (2013) o Brasil já havia se posicionado contrário aos países do Eixo e estava disposto a somar forças com a União Pan-Americana (encabeçada pelos Estados Unidos).

A Declaração de Guerra do Brasil contra a Alemanha e a Itália, firmada no dia 22 de agosto de 1942, foi um duro golpe no relacionamento desses países e colocou todos os descendentes de alemães, italianos e japoneses que viviam em solo brasileiro em uma situação extremamente delicada. A Declaração brasileira de guerra contra o Japão, saliente-se, só foi formalizada tempos depois, em 5 de junho de 1945. Na prática, contudo, por ser o Japão um país do Eixo, a antipatia aos seus imigrantes e descendentes, desde logo, estava instalada.

A guerra mudou o cotidiano no mundo. No Brasil começaram os racionamentos, a escassez de alimentos e o consequente aumento do custo de vida. Em momentos mais difíceis, aconteceram *blackouts* e toque de recolher.

Essas e outras situações desagradáveis, vividas diariamente, foram elevando o nível de descontentamento e estresse da população brasileira e toda essa raiva foi sendo dirigida contra aqueles imigrantes. Dito de outra maneira: os culpados por tudo aquilo eram identificáveis e, por consequência, malquistos.

Pouco a pouco, o governo brasileiro foi implementando restrições e sanções para esses imigrantes. Os japoneses começaram a precisar de um salvo-conduto para viajar. Reuniões da colônia passaram a ser restritas e, na sequência, o idioma também foi proibido. Não se podia mais, em território brasileiro, falar japonês.

De maneira direta, a frase dita pelo Sr. Masaru Yanagimori (2003), imortalizada no livro “Viajantes do Sol Nascente: Histórias dos imigrantes

japoneses”, surpreende pela assertividade: “Para não ser preso, precisava ser tudo escondido.” (p. 15)

Os japoneses ficariam, pois, duplamente rotulados: como inconvenientes à composição racial do Brasil e por apresentarem um real perigo à nação.

O desenrolar da guerra e seu desfecho serviram também para dividir a própria colônia japonesa. Havia os derrotistas (que sabiam da derrota japonesa) e, do lado oposto, os súditos otimistas (que acreditavam cegamente na vitória do Japão). Eram os *makegumi* e os *kachigumi*, respectivamente. Essa rivalidade deu origem à organização terrorista *Shindo Renmei* (Liga do Caminho dos Súditos) – um capítulo lamentável da história japonesa no Brasil. Segundo Arai (2003, p. 96):

> Como a maioria dos imigrantes não lia e mal falava o português, criou-se um clima conturbado e propício para o surgimento da *Shindo*, em setembro de 1945. Nos seus 13 meses de atuação, 23 pessoas foram mortas e 147 ficaram feridas. Ao todo, mais de 30 mil imigrantes foram fichados pela polícia por terem ligações com a organização.

Getúlio Vargas proibiu o acesso dos imigrantes às informações vindas do Japão. Some-se a isso o fechamento dos jornais, das escolas e mais um punhado de ações repressivas e temos os imigrantes confusos, sem direção, numa perfeita zona de sombras e insegurança. Para os poucos imigrantes, que liam os noticiários brasileiros, era difícil acreditar nas matérias que davam conta da derrota japonesa. Tamanha incredulidade tinha um fundamento simples e muito convincente: fazia quase três milênios que o Japão não perdia uma guerra.

Percebe-se, portanto, a destacada importância da Segunda Guerra – com impactos diretos e indiretos – no destino dos imigrantes. Os japoneses, àquela altura, já gozavam de determinada independência e liberdade financeira. Porém, essa estabilidade provou-se frágil, uma vez que, apesar de suas conquistas, um conflito internacional dessas proporções poderia pôr tudo a perder.

Devido às circunstâncias, as crianças começaram a estudar escondido.

> À noite, quebrando o silêncio, crianças japonesas se deslocavam sem ser notadas. Carregando uma sacola nos braços ou mochila nas costas, andavam discretamente, porém a passos rápidos, sem fazer barulho. Ninguém que não fosse japonês poderia saber daquela reunião, que acontecia de duas a três vezes por semana. Era dessa maneira, secretamente, que os jovens iam para as aulas de japonês proibidas por lei. (ARAI, 2008, p. 119)

No momento seguinte os estudantes não conseguiam mais se esquivar ou se ocultar. Obrigatoriamente, deveriam migrar para as escolas brasileiras.

> Com a proibição do ensino de língua estrangeira no Estado Novo, os japoneses e seus filhos tiveram que frequentar escolas brasileiras e aprender a língua nacional. Tal imposição, sem dúvida, levou a uma convivência maior entre os pequenos japoneses e as crianças nacionais, facilitando a aculturação daquelas. (TANNO, 2008, p. 71)

As crianças japonesas estavam divididas. Às escondidas, frequentavam as escolas japonesas (nessas alturas, já revestidas de precariedade) e, às claras, frequentavam, por obrigação legal, as escolas brasileiras. Nas escolas onde havia simultaneamente "aulas japonesas e brasileiras", a desorientação era maior ainda:

> Havendo diferença entre o professor japonês e o brasileiro, no tocante aos ideais, disciplina e método de ensino, aquilo que o aluno aprende no período da manhã pode ser rejeitado na aula da tarde. O aluno fica confuso e daí pode surgir um desentendimento entre os dois mestres-escolas. (KIYOTANI e YAMASHIRO, 1992, p. 127)

A incursão forçosa dessas crianças nas escolas brasileiras facilitou a inclusão dos japoneses na comunidade e o enfraquecimento da identidade étnica.

Aos poucos e com o passar dos anos, começou a se tornar mais visível as diferenças intergeracionais. Os mais velhos mantinham-se mais fechados. Os mais jovens tinham mais pré-disposição à abertura. Como destacou Tanno (2008),

> Os japoneses buscavam preservar sua cultura e identidade de origem por meio das práticas de seus costumes, língua, religião e instituições como família e associações e, em especial, aqueles imigrantes mais velhos, isto é, que foram formados inteiramente na cultura e tradição do Japão. Por outro lado, os mais jovens, que foram criados e educados entre as duas culturas, a japonesa, no interior do espaço familiar e da colônia, e a brasileira, nos espaços

> públicos da escola, das praças, dos armazéns, do trabalho etc., aceitavam com mais facilidade os hábitos dos brasileiros. (TANNO, 2008, p. 73)

Fica evidente que alguns imigrantes já percebiam a mudança do comportamento intergeracional e que os nisseis estavam cada vez mais cientes da sua brasilidade, o que gerava certa apreensão e inquietude em toda a comunidade.

3. MÉTODO PRÁTICO DA LÍNGUA JAPONESA POR TAKAHIDE DAIJÓ

De acordo com seus manuscritos, depois de 59 dias navegando e cumprindo escalas em Hong Kong, Singapura, Moçambique e Cidade do Cabo, o navio Kawachi-Maru atracou em Santos. Jirá Ogusuko desembarcou ao lado dos seus primos, Ushi e Ushiawa. Era uma quinta-feira, dia 9 de agosto de 1917. Ele tinha 14 anos de idade. Nunca mais pisaria em solo japonês, nem veria novamente os seus pais (Zira e Kana).

Seguiu sozinho. Demonstrando boa capacidade de adaptação, foi se moldando às exigências locais. Uma delas, talvez a mais difícil e ao mesmo tempo mais importante, falar (e bem) o português.

Na juventude, em uma atitude surpreendente, ele, deliberadamente, mudou de nome e sobrenome, passando a chamar-se Takahide Daijó.

O casamento com Rosa Kiguti e o nascimento e óbito precoce de seu primeiro filho, Katsunari, lhe trouxeram mais maturidade e consciência do momento que vivia.

O imigrante passou, então, a registrar suas experiências cotidianas. O marco-zero de tal iniciativa foi o nascimento de seu segundo filho, Harry Daijó, em 7 de abril de 1948. O senso de propósito ganhou força com o nascimento de sua filha, Zilah Daijó, em 1 de fevereiro de 1950.

Até seus últimos dias de vida descreveu em seus diários cenas cotidianas e expressou suas alegrias e tristeza. Não só isso. Desenvolveu linhas de pensamento, traduziu textos (do japonês para o português), teceu comentários sobre história, religião, política, biologia, economia e sociologia.

Este artigo, porém, fará uma cobertura pontual sobre a contribuição desse personagem, restringindo-se ao tópico intercâmbio e aprendizagem destes dois idiomas: português e japonês.

Destaque-se, antes de tudo, que uma das primeiras escolas da colônia japonesa, que se propunha ensinar português aos japoneses, foi a Escola Primária Taisho, instalada no centro de São Paulo, à rua Conde de Sarzedas, como observaram Moriwaki e Michiyo. Ela foi reconhecida pelo Governo do Estado de São Paulo no final de 1919. Com efeito, a escola funcionava desde 1913/1914 na residência de Jinshirô Tagashira.

Em meados dos anos 1920, o Japão passa a subsidiar a emigração de seus cidadãos, intensificando o fluxo migratório e facilitando a vinda de famílias com mais crianças em idade escolar.

Saliente-se que o estado de São Paulo só começou a exigir o registro das escolas japonesas a partir de 1930, momento em que passou a impor o idioma português como oficial. O japonês passou a ser uma disciplina extracurricular.

Estes pontos – da escola improvisada (1913) e reconhecida (1919), passando pelo incremento migratório (1925) e com registro governamental das escolas japonesas (1930) – nos ajudam a contextualizar e perceber como os livros de Takahide podem ser considerados, para aquele momento e conjuntura, bastante adequados e até vanguardistas.

No ano de 1935, com 32 anos de idade, Takahide submeteu-se ao exame de habilitação para o ensino em escolas particulares. De acordo com os critérios previstos no Código de Educação, foi aprovado (conforme demonstra o Anexo - 1). O texto constitucional de 1934, é importante lembrar, considerava a educação como um direito de todos os brasileiros e estrangeiros domiciliados no país.

Além de autodidata, Takahide era uma pessoa letrada e o fato de ler com desenvoltura os periódicos brasileiros aumentava, certamente, sua dicotomia. A maioria dos imigrantes japoneses, letrados ou não, viviam diariamente esse dilema. Conforme apontou Dezem (2010), eles ficavam encurralados por dois sentimentos nacionalistas (do governo militarista japonês e da ditadura Varguista). Com isso,

> o imigrante japonês, que desde o final da década de 1920 consolidava suas bases em território brasileiro, sofreu uma espécie de ‘crise referencial’. Quais valores sociais e culturais deveriam nortear o modo de vida de grande parte dos imigrantes e,

> principalmente, de seus descendentes? O japonês ou o brasileiro? (DEZEM, 2010, p. 244).

Provavelmente, tal certificação serviu de inspiração para a redação da trilogia “Método Prático da Língua Japonesa”. No ano seguinte, a publicação no Correio Paulistano (25 de julho de 1936), do chamamento para o registro de seu título de tradutor público da língua japonesa (demonstrado no Anexo - 2), aguçou seu desejo.

Os três volumes dos tais métodos são, em termos de apresentação, muito similares. Cada livro conta com aproximadamente 30 páginas e tem a dimensão de 20cm x 15cm. Não há registro de tiragem. Eles foram publicados em meados da década de 1930 e a ideia inicial era lançar 16 edições, uma por semestre. Só três se materializaram. O preço sugerido de cada livro era 3$000, ou seja, três mil réis.

O primeiro e o terceiro volumes abordavam a “Tradução de Leitura Escolar do Japão”[5]. Já o segundo volume era para “Uso Comercial”[6].

Os dois primeiros livros foram impressos na Empresa Tipográfica a Comarca, localizada em Araçatuba, São Paulo. Já o terceiro, foi impresso na Tipográfica Nipo-Brasileira em Birigui, São Paulo.

Qual seria, afinal, o propósito desses livros? Segundo o próprio autor, “[...] intensificar amizade e com o escopo de facilitar as transações comercial e agrícola nipo-brasileiras” (DAIJÓ, 1936, p. 01)[7]. Além disso, eles tinham um objetivo nobre e poderiam ter grande abrangência. Tal ambição verifica-se no texto de apresentação do primeiro livro:

> Outrossim, destino o meu método para bem-estar diário de milhares e milhares de pessoas; não somente para os brasileiros (inclusive os filhos dos japoneses nascidos no Brasil), mas sim, para todos aqueles que desejam aprender a língua japonesa por meio do português. (DAIJÓ, 1936, p. 01)[8]

---

[5] Texto original: “Traducção de Leitura Escolar do Japão”.

[6] Texto original: “Uso commercial”.

[7] Texto original: “intensificar amisade e com o escopo de facilitar as transacções commercial e agrícola nippo-brasileiras”.

[8] Texto original: “Outrosim, destino o meu methodo para bem estar diario de milhares e milhares de pessoas; não sómente para os brasileiros (inclusivé os filhos dos japonezes nascidos no Brasil), mas sim, para todos aquelles que desejam aprender a lingua japoneza por meio do portuguez”.

Conforme seu entendimento, a ferramenta poderia ensinar o idioma japonês através do português. O caminho inverso também era possível. Segundo ele, o leitor poderia aprender o português por meio do japonês. Logo na apresentação, o autor afirma: “Considero o estudo de português, que muitos japoneses seguirão por este, embora não seja próprio para eles, é o melhor que existe para se aprender português” (p. 01)[9] - o que confirma sua pretensão. Ele enxergava também, três facilidades do idioma japonês se comparado ao português: todo substantivo é neutro, não há singular ou plural e o verbo é invariável. Exagera, afirmando, inclusive, que a língua japonesa pode ser uma das simples do mundo (p. 02).

As Figuras 1 a 3 apresentam as capas dos três volumes do Método Prático da Língua Japonesa.

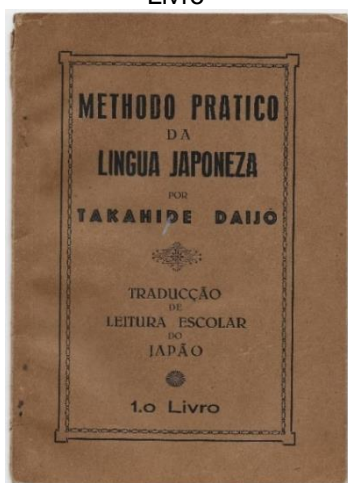
Figura 1 – Método prático da língua japonesa – 1° Livro

Fonte: Arquivo pessoal de Takahide Daijó

Figura 2 – Método prático da língua japonesa – 2° Livro

Fonte: Arquivo pessoal de Takahide Daijó

Figura 3 – Método prático da língua japonesa – 3° Livro

Fonte: Arquivo pessoal de Takahide Daijó

O autor destacou também que o principal diferencial da sua norma seria o fato de estar expressa em letra romana: “O objetivo da língua é compreender a expressão de outrem e exprimir suas ideias, porém, com aptidão” (p. 03)[10].

---

[9] Texto original: “Considero o estudo de portuguez, que muitos japonezes seguirão por este, embora não seja propprio para os mesmos, é o melhor que existe para se aprender portuguez”.

[10] Texto original: “O objetivo da lingua que é compreender a expressão de outrem e exprimir suas idéias, porém, com aptidão”.

Quanto ao número de pessoas que teriam efetivamente utilizado tal método, não se sabe ao certo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança de comportamento dos imigrantes japoneses, com relação ao idioma que deveriam privilegiar (japonês ou português) – desde os primórdios, começando com os primeiros imigrantes, passando pelas colônias (com características fortemente rurais) e, depois, já nas comunidades (com viés mais urbano) – deve-se, portanto, segundo discutido neste artigo, não somente a uma mudança de rural para urbano.

A oscilação também tem conexão com a compreensão mais realista por parte desse imigrante; pois, querendo ou não, o Brasil seria, a partir de determinado momento e circunstância, seu novo lar.

Percebe-se, ademais, uma forte e decisiva influência do governo brasileiro nessa transfiguração de comportamento. O fato de ora ser o idioma japonês aceito em solo brasileiro, ora proibido, fez com que involuntariamente milhares de nipo-brasileiros perdessem – e muito –seus laços mais simples e singelos, por meio do idioma, com os seus ascendentes.

Além disso, constata-se também que a pesquisa histórica é dinâmica e os achados documentais não param, vão surgindo, sendo expostos e discutidos constantemente. O Método Prático da Língua Japonesa, em sua singeleza, demonstra essa real possibilidade.

Takahide Daijó, seu autor, veio para o Brasil achando que "colheria dinheiro em árvore", uma alusão à colheita do café. Começou, como tantos outros, na dura lida das fazendas cafeeiras. Pisou em solo brasileiro como um simples e solitário adolescente. Sem espaço para lamento ou recuo, restou-lhe enfrentar todas as barreiras que esse novo mundo ia, aos poucos, lhe apresentando.

Tornou-se um "esclarecido" e transitou com diplomacia, passando ileso pelas pressões e represálias da *Shindo Renmei* e outras agremiações radicais.

Na fase adulta, o casamento assertivo com Rosa e a vinda dos três filhos: Katsunari (falecido precocemente), Harry e Zilah. Uma vida regrada, disciplinada, com planejamento constante e muito, muito trabalho.

Na velhice, uma mescla de sentimentos que misturavam sonhos, nostalgia e gratidão. Finalmente, no leito de morte, com o testemunhal dos sucessores, muitas

lágrimas, frases desconexas ditas em japonês - um ser humano frágil que demonstrava ter saudade dos pais. Saudades também de um Japão longínquo, nunca esquecido e muito amado. Presentes nesses rompantes, também estavam a alegria e a emoção de ter conseguido ser alguém nesse imenso Brasil.

O médico, Dr. Toshio Chiba, assinou na madrugada do dia 9 de abril de 1997, em São Paulo, o seu atestado de óbito. Aos 93 anos de idade, o cidadão nascido japonês de nome Jirá Ogusuku falecia brasileiro, como Takahide Daijó.

Com esses pequenos pontos sendo, ao longo dos anos, conectados, a história vai sendo escrita também pelo depoimento e pela contribuição daqueles que a vivenciam e/ ou a estudam.

Vistos todos esses fatos, um brasileiro descendente de japoneses, em pleno século XXI, poderia, decerto, ter melhores chances de se comunicar perante os seus parentes viventes do outro lado do planeta.

Logo, quando um herdeiro do sol nascente afirma: “eu não sei falar japonês”, é possível que tal afirmação remeta, implicitamente, pelo menos no caso brasileiro, a um fardo de intolerância. Não apenas isso, ela apresenta ao interlocutor um retrato bastante nítido de que a imigração japonesa e seus desdobramentos não foram uma passagem simples e homogênea como muitos acreditam.

Pelo que se constatou, a não tradição intergeracional do idioma – algo deveras usual para uma cultura milenar e bastante conservadora – não foi uma iniciativa livre e desimpedida tomada pelos imigrantes que chegaram ao Brasil. Ao contrário, muitos deles tentaram à sua maneira contribuir para a sobrevida em solo brasileiro de seu idioma nativo.

Essa faceta da história que ainda vem sendo descoberta em maiores detalhes por esses dois povos, bem como suas peculiares consequências merecem, certamente, rememoração e análise mais profundas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAI, J. Viajantes do sol nascente: histórias dos imigrantes japoneses. São Paulo: Garçoni, 2003.

ARAI, J; HIRASAKI, C. Arigatô: a emocionante história dos imigrantes japoneses no Brasil. São Paulo: JBC, 2008.

BUENO, E. Brasil: uma história. São Paulo: Leya, 2013.

CARNEIRO, M. L. T.; TAKEUCHI, M. Y.; KUNIYOSHI, C. Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória. São Paulo: Edusp, 2010.

HASHIMOTO, F.; TANNO, J. L.; OKAMOTO, M. S. Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte. São Paulo: Unesp, 2008.

HENSHALL, K. História do Japão. Lisboa: Edições 70, 2017.

MORIWAKI, R.; NAKATA, M. História do ensino da língua japonesa no Brasil. São Paulo: Unicamp, 2008.

TAJIRI, T.; YAMASHIRO, J.; KIYOTANI, M. Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. Editora Hucitec, 1992.

ANEXOS

Anexo 1: Atestado de habilitação para ensino da língua japonesa em escola particular

ENSINO PUBLICO

EST. DE SÃO PAULO

Araçatuba, de de 193

ATTESTADO.

Atesto que o Snr. Takahide Daijó, filho de [illegible] Daijó e d. Kana Daijó, nascido aos [illegible] de maio de [illegible], em [illegible], Japão, se submeteu ao exame de habilitação para o ensino da lingua japonêsa em escola particular, conforme prescreve o Codigo de Educação, em seu art. [illegible], sendo aprovado com a media 95 (noventa e cinco), pelo que lhe confiro o presente atestado.

Reconheço a firma [illegible] dou fé.

Araçatuba, 18 [illegible] de 193[illegible]

Em testemunho [illegible] da verdade.

TABELLIÃO DO 1º OFFICIO

Fonte: arquivo pessoal de Takahide Daijó (1936)

Anexo 2 – Edital para registro do título de tradutor público de Takahide

[illegible] cimento nesta capital é filial ou agencia

DIVERSOS: — A. S. Corrêa, Mirhe[illegible] Hannun, para o cancellamento do registo de suas firmas: — Indeferido.

J. M. Godinho e Cia., desta praça, para ser feita annotação em seu registo de firma: — Deferido. — Alavon Filho desta praça, para o mesmo fim: — Declare o numero do registo de firma, pague os emolumentos devidos e selle devidamente a petição.

Takahide Daijo, de Araçatuba, para o registo do seu titulo de traductor publico da lingua japoneza: — Apresente os documentos exigidos pela lei, pague os emolumentos e sellos devidos.

International Harvester Export Company com séde em Wilmington, filial nesta praça, communicando que a filial desta praça deixou de ser agencia: — Deferido.

De Luiz Carneiro de Castro e Fernando Sampaio, apresentando laudo da vistoria feita nos armazens da Cia. Commercial de Armazens Geraes de Santos e Cia. Armazens Geraes de Vargem Grande S|A., de Vargem Grande: — Deferido.

Fonte: Correio Paulistano (25 de julho de 1936)